

# 'Diário da Constituinte' desperta pouco interesse em SP

## Informativo estreou dia 8

Da Reportagem Local

Editado pela Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), o "Diário da Constituinte" foi levado ao ar pela primeira vez no último dia 8, com um pronunciamento do presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, 70. Cada programa tem a duração de cinco minutos, e as emissoras de rádio e televisão vão veicular os informativos até o término dos trabalhos constitucionais.

No programa inaugural, Ulysses disse que o "Diário da Constituinte" é uma forma de prestar contas à população da evolução dos trabalhos dos parlamentares, e convidou cada cidadão a participar da formulação da nova Carta, enviando sugestões através de entidades de classe, ou através de propostas assinadas por um mínimo de trinta mil pessoas. "Estão abertos os canais de participação. Para elaborar a Constituição e para cumpri-la", disse Ulysses, que renovou no programa de ontem o convite à participação da população.

O horário de divulgação para as rádios é entre 7 e 9h, pela manhã, e à tarde, entre 12 e 14h. As emissoras de televisão podem transmitir os programas entre 12 e 14h, e entre 19 e 22h. Além desses horários, as rádios apresentam, durante "A Voz do Brasil" — transmitido das 19h às 20h —, um programa de trinta minutos denominado "A Voz da Constituinte".

### Entrevistas

Os programas apresentados de manhã ou de tarde apresentam o trabalho das diversas comissões e subcomissões do Congresso constituinte. Através de entrevistas com membros dessas comissões, o informativo procura divulgar alguns dos pontos de vista representados. Os programas noturnos fixam-se principalmente nos debates de plenário.

Além de vinte funcionários da Radiobrás — que edita e gera as

imagens —, trabalham mais setenta das assessorias de Relações Públicas e Comunicação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os programas radiofônicos são transmitidos pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Toda a equipe, no entanto, responde diretamente à Mesa Diretora do Congresso constituinte.

Os estúdios da Radiobrás e da EBN foram instalados próximo às câmaras, e o Ministério do Interior emprestou o equipamento com duas câmeras para a filmagem, edição e transmissão das imagens.

A emissora-sede de cada região do país recebe as imagens da Radiobrás, e retransmite às suas filiais.

### Obrigatoriedade

A transmissão dos programas do "Diário da Constituinte" contou com a resistência inicial da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Segundo seu presidente, Joaquim Mendonça, a decisão de obrigar as empresas a transmitir gratuitamente os programas era "antidemocrática", e ele chegou a tentar negociar, na época, com o relator do projeto de regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB paulista.

Apesar de obrigatória, as empresas não têm direito a descontar os custos do Imposto de Renda. Segundo o Ministério da Fazenda, para que isso acontecesse seria necessário um ato específico da Presidência da República.

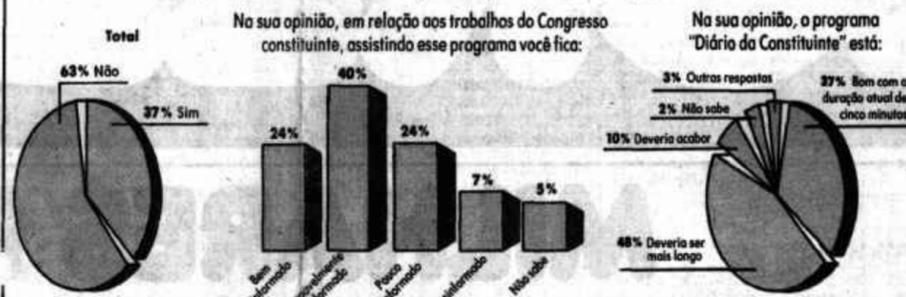
### Decretos

Durante as eleições de 1986, as emissoras de rádio e de televisão foram beneficiadas por um decreto presidencial que autorizou o desconto do imposto de renda das despesas decorrentes da veiculação do horário eleitoral gratuito. Esse decreto, segundo a Fazenda, não tem validade para os programas do "Diário da Constituinte".

Você assistiu ou ouviu o programa "Diário da Constituinte", que as emissoras de rádio e TV estão levando ao ar diariamente desde 8 de abril?

Categorias	Sexo %		Idade %		Renda Familiar Mensal %			Escolaridade %		
	Masc.	Fem.	16 a 24 anos	25 a 39 anos	Até 3 S.M.	De 3 a 10	Mais de 10 S.M.	1º grau	2º grau	Superior
Sim	39	36	35	40	37	30	43	30	41	38
Não	61	64	65	60	63	70	57	70	59	42
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Nº de entrevistas	(500)	(500)	(300)	(200)	(350)	(374)	(313)	(267)	(373)	(272)

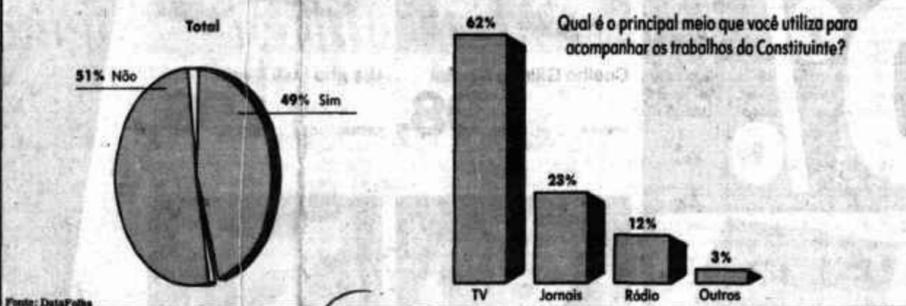
(Somente para os que já assistiram ou ouviram o programa "Diário da Constituinte")



Você está acompanhando o andamento do Congresso constituinte?

Categorias	Sexo %		Idade %		Renda Familiar Mensal %			Escolaridade %		
	Masc.	Fem.	16 a 24 anos	25 a 39 anos	Até 3 S.M.	De 3 a 10	Mais de 10 S.M.	1º grau	2º grau	Superior
Sim	51	46	42	52	52	36	54	63	68	55
Não	49	54	58	48	48	74	46	37	32	45
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Nº de entrevistas	(500)	(500)	(300)	(200)	(350)	(374)	(313)	(267)	(373)	(272)

(Só para quem está acompanhando o andamento do Congresso constituinte)



Da Redação da Folha

Passados os primeiros quatro dias de transmissão do programa "Diário da Constituinte" — informativo oficial do Congresso constituinte, veiculado por emissoras de rádio e TV em dois horários, cinco minutos por dia —, apenas 37% de mil paulistanos consultados no último dia 14 pela Pesquisa Folha afirmam ter visto ou ouvido o programa. Desse total, a maioria se considera pouco informada — 63% —, dizem bem informados, 40% razoavelmente, 24% pouco e 7% desinformados.

Os mil entrevistados pela "Data Folha" — estratificados por zona geográfica, sexo, faixa etária e de renda mensal e escolaridade — 49% têm acompanhado os andamentos dos trabalhos do Congresso constituinte pelos meios de comunicação, principalmente pela TV — 62% —, onde o "Diário da Constituinte" é transmitido às 12h30 e às 19h55. Os jornais ficam em segundo lugar, com 23%, e as emissoras de rádio com 12%. Dos que afirmam ter ouvido ou assistido o "Diário da Constituinte", a maior parcela — 48% — acha que o programa deveria ter sua duração estendida e, na tendência oposta, 10% defendem sua extinção, por considerarem que ele pouco informa até desinforma. 37% consideram bom o tempo de cinco minutos.

### Audiência

Ainda entre os que já ouviram ou assistiram o "Diário da Constituinte", os homens apresentam uma taxa maior de acompanhamento do programa — 51% — do que as mulheres — 46%. O programa consegue sua maior audiência na faixa de renda familiar mensal mais alta (63% entre os que percebem mais de dez salários mínimos contra 36% entre os da faixa de até cinco salários mínimos) e de escolaridade de nível superior (77% contra 38% que têm até o 1º grau). Os paulistanos com idade superior a 25 anos são os que mais têm acompanhado os andamentos dos trabalhos do Congresso constituinte — 52% —, contra 42% da faixa etária entre 16 e 14 anos.

A pesquisa é uma realização do DataFolha, sob direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes. A interpretação dos dados e a interpretação dos resultados são responsabilidade da Redação.

## Anteprojeto constitucional só é utilizado por alguns congressistas

Da Secursal de Brasília

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), 81, recebeu, na semana passada, um telefonema do deputado Victor Faccioni (PDS-RS), 46. Durante a conversa, Faccioni comunicou ao senador que estava "colando" a proposta parlamentarista do anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida por Arinos, para apresentá-la como sugestão sua à Subcomissão do Poder Executivo.

No entanto, nenhuma das comissões ou subcomissões está usando o anteprojeto, patrocinado pelo governo federal e realizado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que deveria servir de subsídios para os trabalhos do Congresso constituinte.

Ao almoçar com jornalistas, na terça-feira passada, num restaurante de Brasília, o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, 70, defendeu a introdução de duas inovações na futura Constituição. A primeira é a do "habeas data", pelo qual qualquer cidadão poderá tomar conhecimento de todas as informações sobre sua pessoa que estejam registradas nos órgãos governamentais ou em empresas privadas. Se estiverem corretas, poderá exigir sua retificação ou supressão. A outra inovação era a introdução da proteção ao meio ambiente entre as disposições constitucionais.

Ulysses se atrasou um pouco. Um dos mais ardorosos defensores do "habeas data" é o relator da Subcomissão do Poder Judiciário, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), 56, que pretende introduzir no seu trabalho a criação do Defensor do Povo, uma espécie de procurador-geral da nação diante do governo, com poderes de agir judicialmente contra as próprias autoridades em defesa dos direitos da população.

Nenhuma dessas propostas é novidade. Afinal, todas elas constam do anteprojeto apresentado, em setembro do ano passado, ao presidente Sarney, pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e por seu presidente Arinos, que agora preside a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte — que vai montar o projeto de Constituição que será debatido em plenário.

Arinos informou ontem, pelo telefone, do Rio, que muitos constituintes o têm procurado para informá-lo de que estão "colando" o anteprojeto da comissão. Diplomática mente, revelou apenas dois nomes: o de Faccioni e do senador Leite Chaves (PMDB-PR), que apresentou um projeto proponente do sistema parlamentarista de governo ao Congresso Nacional. Arinos confirmou que Chaves copiou trechos inteiros do anteprojeto. "Fui eu — disse — que o incentivei a isso". O senador afirmou que seria desagradável revelar todos os nomes de constituintes que estão "fazendo cola" do anteprojeto. "Eu poderia me esquecer de alguém".

O próprio relator-geral da Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 54, confirmou que se inspirou no anteprojeto da Comissão de Arinos para elaborar sua sugestão de parlamentarismo. A proposta de Cabral difere fundamentalmente em dois pontos. Por ela, a nomeação dos ministros militares é privativa do presidente da República e eles não estarão sujeitos ao voto de desconfiança da Câmara. A segunda diferença é que a Câmara não pode ser dissolvida.



A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais reúne-se, há um ano, no Rio

### Dos 51 membros, apenas Arinos se elegeu

Dos 51 membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, nove disputaram as eleições do ano passado para o Congresso constituinte. Só um se elegeu: o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) que fez campanha sem quase sair de casa. No entanto, dois outros membros da comissão estão trabalhando no Congresso constituinte. O professor Miguel Reale Jr., 42, é assessor especial do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães. Já o professor José Afonso da Silva, 61, trabalha com o líder do PMDB, senador Mário Covas.

A comissão trabalhou durante um ano — de setembro de 85 a setembro de 86 — e custou Cz\$ 7.315.000,00 aos cofres do governo. A publicação do anteprojeto ficou em Cz\$ 1.500.000,00.

A real intenção do então presidente Tancredo Neves, ao anunciar a sua

criação, vai continuar um mistério. A comissão foi criada em meio a atritos entre o presidente Sarney, que desejava cumprir a promessa de Tancredo, e o ministro da Justiça, Fernando Lyra, que tentava retardar seu funcionamento. Já então, no Congresso Nacional, havia protestos contra a comissão. Os parlamentares diziam que não aceitariam nenhum projeto de Constituição oriundo do Executivo.

Arinos nega que houvesse essa intenção. Segundo ele, o plano era apenas apresentar subsídios aos futuros constituintes. Isso está ocorrendo, como no caso das propostas de parlamentarismo. Afinal, o deputado Victor Faccioni disse a Arinos que tinha "colado" o anteprojeto. O deputado Bernardo Cabral não esconde que se inspirou nele para apresentar sua proposta.

Arinos diz que não se importa com o fato de o anteprojeto estar arquivado no Palácio do Planalto depois que parlamentares de todos os partidos tornaram claro que não aceitariam nenhum "prato feito" do Executivo para a futura Constituição. O senador lembrou ontem que cada constituinte, ao tomar posse, recebeu um "kit" que tinha, entre outras coisas, uma íntegra do anteprojeto. Possivelmente esta semana, Arinos vai entregar a todas as subcomissões as propostas do anteprojeto a título de sugestão pessoal.

Com um pouco de malícia, o senador lembra também que, apesar das críticas que sofreu dos constituintes, o anteprojeto está sendo muito copiado. Segundo ele, até os nomes das comissões são reprodução exata das denominações das subcomissões em que se dividiu a Comissão de Estudos Constitucionais. Até a Comissão de Sistematização tinha esse nome na sua comissão.

Arinos negou que o governo tivesse, desde o começo, a intenção de apresentar um "prato feito" ao Congresso constituinte. Segundo ele, o trabalho deve ser entendido como uma sugestão ou um roteiro.

São 468 artigos e que provocaram divisões dentro da própria comissão.

Ao final dos trabalhos, por exemplo, o professor Ney Prado classificou a proposta de "xenófoba" por causa das restrições ao capital estrangeiro. O anteprojeto propunha, entre outras coisas, a nacionalização dos bancos estrangeiros. O empresário Sérgio Quintella criticou o seu conteúdo estatizante. E o professor Miguel Reale Jr. disse que era um erro a redução do papel das polícias militares à função de corpo de choque.

Mas há avanços liberais. A tortura torna-se crime inafiançável e imprescritível. Fica reconhecido o direito de objeção de consciência para a recusa ao serviço militar obrigatório. Os direitos do consumidor são reconhecidos. As comissões parlamentares de inquérito ganham poderes instrutórios das autoridades judiciais e seus relatórios finais serão encaminhados ao procurador-geral da República para a promoção das responsabilidades civis ou penais dos implicados. Acaba o decreto-lei.

É verdade que existem pontos controversos. A censura é mantida, embora de forma vaga. O capital estrangeiro fica restrito à atividade suplementar da economia. Limita-se a 3% ao ano o pagamento dos juros sobre a dívida externa, que terá sua legitimidade investigada pelo Congresso Nacional. E apresenta até casuísmos como a transformação do Amapá e Roraima em Estados.